

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 140 - Novembro de 1977 - CR\$ 1,00

**Conclap: as
hesitações do
patronato e as
novas chances**

(pag. 4)

EDITORIAL

O verdadeiro diálogo

Qualquer análise que se faça da atual situação política em nosso País parece conduzir a uma constatação evidente: o movimento de opinião pública de oposição não cessa de se reforçar, e de alargar sua influência, ao mesmo tempo em que a ditadura responde com um esforço desmesurado para tentar dividi-lo. Ou seja, os estrategistas do Planalto se movem como se já aceitassem a idéia de não ser mais possível conter o avanço das forças democráticas simplesmente nos limites do arbítrio e do terror.

Esta «suavização» — cujo preço foi a expulsão do campo do até então todopoderoso Ministro do Exército — não aparece sem razão. Basta recordar o transcorrer do recente congresso realizado por aqueles que foram os privilegiados do chamado «milagre», o grande patronato, para concluir sem exagero que já não existe um só setor social capaz de apoiar a continuação do atual estado de coisas. De uma forma ou de outra, isolando mais ou menos a classe operária e os trabalhadores em geral, nenhuma voz expressiva ousa defender abertamente o projeto político e econômico vigente.

E aí está, nos parece, o ponto-chave do problema a disputa pela condução do processo de substituição. Setores das classes dominantes jogam tudo para reduzir o alcance das mudanças exigidas e para manter, de forma mais disfarçada, menos escandalosa, os atuais métodos de dominação. Mas há os que até nisto concordam tocar, desde que mantido o conteúdo do regime.

E neste contexto, portanto, que se deve compreender a intoxicação propagandística contra a Campanha pela Constituinte, minimizada por ser «irreal», ou pelos demônios que poderia vir a despertar no tão misterioso «sistema». A contrapartida seria então o «diálogo» promovido pela «missão Portela», caminho capaz de garantir uma chegada sem traumas à «abertura democrática», ou a transformação de Geisel em homem providencial, a quem se deve propor o continuismo.

Ora, uma e outra proposição não conseguem ocultar o ar do cinismo e da demagogia. Seria, portanto, no mínimo ingenuidade não perceber que se o aparelho do Estado joga tudo na sabotagem da Campanha pela Constituinte é

porque esta deve ser exatamente a forma mais justa de se chegar às mudanças em profundidade.

E por quê?

Porque esta campanha é uma oportunidade ímpar que se oferece nos quadros das limitações atuais para a sensibilização das grandes massas em torno de palavras-de-ordem bastante concretas. É uma oportunidade ímpar para fazer compreender a todos os brasileiros ainda não mobilizados, porém objetivamente interessados no fim do regime, que suas reivindicações específicas, setoriais, estão vinculadas à luta mais geral pelo estabelecimento de um clima de plenas liberdades democráticas. Custo de vida, política salarial mais justa, segurança no trabalho, assistência médico-social mais eficiente, liberdade sindical, ensino acessível a todos os níveis, reforma agrária e melhoria das condições que não podem ser atendidas se não for mudado o conteúdo da política econômica e social existente.

Esta campanha é ainda uma oportunidade que se oferece às forças democráticas de mostrar que um desenvolvimento nacional, dentro de um quadro de estabilidade, só pode ser conseguido nos limites de uma ordem social mais justa, em que o produto do trabalho coletivo não seja abocanhado por uma meia dúzia de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. De uma ordem social mais justa em que a doutrina de segurança nacional não se condicione — como nos dias de hoje — a fazer de nossas Forças Armadas gendarmes dos interesses das multinacionais, ou capitães-do-mato dos grandes proprietários de terra. Esta campanha é uma oportunidade, também, para permitir que nossa intelectualidade, nossos cientistas possam denunciar o quanto nosso País tem perdido com a atual política de obscurantismo cultural que pretende alienar o nosso povo.

Lutar, portanto, pelo desenvolvimento da Campanha pela Constituinte, e fazer da conquista das liberdades plenas o eixo fundamental da unidade dos democratas, é a tarefa que se impõe aos comunistas e aos setores mais combativos da oposição. É numa Constituinte livre e soberana que se poderá chegar à reconciliação nacional que preconizamos, porque é aí que se criando as condições para o verdadeiro diálogo entre as forças vivas da Nação.

A Constituinte livre e soberana, marco do fim do atual regime

O que querem os comunistas quando se engajam na luta pela Constituinte? Antes de tudo impor a participação das grandes massas na condução dos seus destinos. E agem por uma visão de princípio: somente em um clima de plenas liberdades se pode fazer avançar as mudanças profundas que nossa estrutura social exige. (pag. 2)

ECONOMIA

Mazelas de uma política que só interessa aos monopólios

(pag. 8)

Operários lutam para romper cerco da ditadura

(pag. 6)

Eleições: pesadelo de um regime que tem medo do povo

(pág. 3)

A Constituinte por que lutam os comunistas

A insistência desesperada no esforço para dividir o conjunto de forças democráticas continua a se afirmar com o eixo da tática do regime diante do impasse político em que mergulhou a Nação. O último sintoma desta disposição é a barragem da propaganda tentando criar uma incompatibilidade entre a Campanha pela Constituinte e a possibilidade de uma abertura democrática, que só seria viável na medida em que não se ativessem os demônios do indefinido «sistema». Ou seja, colocar de um lado os «responsáveis», conflantes nos efeitos do «diálogo» promovido pela «missão Portela», e de outro os «irresponsáveis», «radicais» que contestam o regime com proposições realistas, como a Constituinte.

Diante desta única formulação — que não deixa de ser perigosa pelo seu conteúdo diversionista — cabe aos comunistas e a todos os que se empenham em dar um fim ao atual estado de coisas a importante tarefa de não permitir que o debate escape ao fundamental. E, para tanto, é importante antes de tudo deixar claro o verdadeiro caráter desse tal «diálogo», mostrando que ele não corresponde a uma ofensiva de um lado para o outro, que tenha sido milagrosamente tomado por espíritos democratas, mas sim a uma medida defensiva do regime visto como um todo. Medida que resulta, sobretudo, da evidência de que somente nos quadros da repressão e do arbítrio já não parece ser possível contar a ascensão ininterrupta do movimento de opinião pública de oposição. Se o «pacote de abril» redundou em resultados opostos aos previstos pelos estrategistas do «sistema», fazendo crescer a onda de protesto e indignação contra a ditadura, ao invés de impor o recuo pelo medo, é porque uma mudança tática já se impunha às classes dominantes no País. Só pela divisão das forças democráticas, cada vez mais convergentes em suas proposições, se poderia buscar uma saída para o impasse político sem modificar a essência profundamente antinacional e antipopular do regime atual. Não que este não fosse a tática de todo o período Getulista, mas é fundamentalmente no fracasso do «pacote» que as hesitações parecem terminar, e a tentativa de divisão se define como tática principal. Mesmo que para isso se tivesse que jogar fora do carro o até então todo-poderoso Ministro do Exército.

Esta reflexão não pode deixar de ser considerada pelas lideranças democráticas, que devem estar atentas contra os objetivos da manobra. Se se deixarem levar pelos cantos do sereno de um Petrólio Portela, esquecendo que ele é o lado «político» de um regime que se escora nos aparelhos de repressão secretos, incontroláveis, de um regime que conta com a colaboração onipresente de Erasmo Dias, Faício, Bonifácio e outros espécimes do gênero, estarão

traído as aspirações de milhões de brasileiros que vêem uma perspectiva possível no combate político. De milhões de brasileiros que impõem dia a dia, não sem sacrifícios, a sua participação na luta que empolga cada vez mais o nosso povo para o estabelecimento de um clima real de plenas liberdades democráticas.

É em tal contexto que entendemos a Campanha pela Constituinte. Não como institucionalização disto que aí está, mas sim como conatório do fim do regime que ora nos oprime.

QUE CONSTITUINTE QUEREMOS?

A Constituinte por que lutam os comunistas é uma Constituinte livre, democraticamente eleita, com a participação plena de todas as correntes de pensamento político e ideológico que compõem o espectro da sociedade brasileira. Uma Constituinte que imponha sua soberania não pelas manobras golpistas e discriminatórias, mas sim por sua incontestável representatividade. Uma Constituinte que seja fruto de uma campanha dinâmica, capaz por sua amplitude crescente de neutralizar os setores mais «duros» do fascismo, e de obrigar os mais «políticos» a concessões concretas antes de sua instalação. Concessões que se concentrariam fundamentalmente na legislação de arbitrio e terror vigente, tais como o AI-5. Mesmo que distanciado em novas fantasias e seus parentes mais próximos, passos mínimos no sentido de impedir que o «diálogo» se limite às imposições da ditadura. Concessões ainda como a anistia a todos os presos políticos, e aos perseguidos pelos atos institucionais, sem o que a representatividade da Constituinte seria violada em sua origem. *É possível conseguir isto?*

A pergunta é lógica, mas não pode ser transformada em ponto de referência na discussão sobre a validade da mobilização das massas para a Campanha. O que não pode ser esquecido é que o caráter da Constituinte vai ser determinado pela correlação de forças políticas e sociais no momento de sua instalação, e é para este objetivo que devem se voltar a atenção e a concentração de esforços dos democratas. Consequentemente, nossa atividade deve se dirigir para conseguir uma correlação (não só no momento da Constituinte, mas no desenvolvimento permanente do processo político) em que se garantam aos setores sociais mais prejudicados pelo atual regime — a classe operária e os trabalhadores do campo e da cidade em geral — a possibilidade de fazer ouvir sua voz e de defender seus legítimos direitos. Nossa atividade deve estar voltada também para ganhar o conjunto das Forças Armadas, cujos verdadeiros interesses nada têm a ver com os preconceitos pelo seu a-

tual alto comando, para a ideia justa de que só teremos desenvolvimento com estabilidade, na medida em que vivemos um clima de plenas liberdades democráticas, caminho único para a construção de uma ordem social mais justa. Estas são algumas das tarefas que se impõem, e que colocam em segundo plano as especulações sobre a Constituinte «possível».

A PERSPECTIVA DOS COMUNISTAS

O engajamento dos comunistas na batalha pela Constituinte não se condiciona a objetivos puramente táticos ou imediatos. É muito mais importante do que isto, é algo que se liga à nossa convicção de que o socialismo é um produto concreto do alargamento incessante das conquistas democráticas, e da participação crescente dos trabalhadores na elaboração dos rumos do desenvolvimento nacional. E não dizemos isto agora, quando a Constituinte se transforma em palavra de ordem unitária. Já o dizíamos em 1976, e não temos porque ser modestos, ocultando que fomos a primeira expressão das forças democráticas a propô-la como única saída viável para pôr fim ao regime que tinha suas raízes no golpe de 1964. Basta consultar os documentos emanados do nosso VI Congresso, que então se realizou.

Nosso interesse na eleição de uma Constituinte livre e soberana, por ser autenticamente democrática, está também implícito na nossa concepção de que uma ordem social estável só se alcança se esta nasce de um debate franco e permanente entre as distintas concepções ideológicas, filosóficas e religiosas que formam o conjunto da sociedade, e da certeza de que o golpismo ou a discriminação sempre trazem, a médio ou a longo prazo, resultados negativos, e até mesmo trágicos.

Nosso esforço na luta por uma Constituinte se liga, enfim, à necessidade evidente de terminar com este regime, dentro do qual nosso povo vê todos os seus direitos condicionados aos lucros dos grandes monopólios estrangeiros, ou dos nacionais a eles ligados; dentro do qual nossa cultura se encontra quotidianamente esmagada, vítima de uma censura que sufoca a capacidade criativa do nosso intelecto; dentro do qual as Forças Armadas são subordinadas à concepção fascista dos altos comandos, de doutrinas de segurança nacional condicionadas, em verdade, à segurança do regime, e nas quais os mais oprimidos dentro de nossas próprias fronteiras são apontados como os inimigos potenciais mais prováveis.

Não nos pretendemos donos de verdades definitivas. Não nos cremos com o monopólio do saber, nem os defensores iniciais do povo brasileiro. Mas aprendemos, até mesmo pelos erros cometidos no passado, a compreender que só de um debate realmente democrático podem resultar soluções mais justas, e seguramente mais corretas.

Quem tem a temer com a democracia é o regime fascista que oprime e tenta demagogicamente enganar o nosso povo.

M. Silva

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

O regime tem medo. O povo sabe utilizá-las. Falta um ano para as eleições parlamentares

Rezam as mais elementares lições de história que as coisas não acontecem, nas sociedades humanas, de um dia para o outro, por ato de vontade deste ou daquele homem proeminente. A luz desta lição, torna-se necessário situar o episódio da exoneração do general Frota e os acontecimentos posteriores numa linha de análise mais ampla.

É o que temos procurado fazer, insistindo em certos aspectos que nos parecem iluminar esclarecedoramente as marchas e contramarchas da vida política nacional.

Partimos da idéia de que o regime ditatorial instaurado pelo movimento golpista de 1964 jamais conseguiu, dada a sua própria natureza, engarriar uma base política de apoio sólida e estável. Apoiou-se, sistematicamente, no uso da força, da violência política e policial. No curso de sua evolução, respondeu às crises em que a resistência, mais ou menos generalizada, mais ou menos intensa, da sociedade o colocou com novas e mais radicais medidas de arbitrio. E assim foi construindo o seu edifício de arbitrio, destinado à salvaguarda dos interesses minoritários a que serve.

Mas este caminho autoritário, fascista, sendo capaz de condicionar o movimento de resistência, não eliminava suas causas; ao contrário: e, portanto, não resolvia o problema, vital para o regime, da existência dessa resistência.

O perdurar e o alastra-se da resistência levou os reacionários mais lúcidos a temer, olhando para o futuro, pela sorte do seu regime contra-revolucionário. E a formular projetos de adaptação onde não apenas os métodos de dominação fossem mais eficazes, de um ponto de vista histórico, como os diversos interesses conflitantes dentro do bloco de forças no poder não ficassem submetidos, cada vez mais, a um processo decisório tão mais arriscado quanto mais fechado se tornava. Convocando a corporação militar para desempenhar uma tarefa contra-revolucionária, as forças dominantes haviam criado uma dinâmica política que, a seus próprios olhos, começou a apresentar aspectos crescentemente inquietantes.

Foi então que nasceu a «distensão». Através dela, acreditava-se ser possível ceder às pressões latentes ou manifestas da sociedade oprimida sem, com isso, deslocar as bases profundas do regime: exploração capitalista feroz do trabalho, concentração da renda, do poder econômico, social e político, e, não se perca isto de vista um só instante, dependência e submissão aos interesses do imperialismo.

A derrota sofrida pela ditadura nas e-

leições de 1974 complicou extremamente os problemas dos homens no poder e abriu uma nova etapa na vida nacional. O caminho do regime, fosse para sua estrita manutenção, fosse para uma adaptação conveniente, não estava desimpedido. A reação dos donos do poder foi uma intensificação — sob certos aspectos sem precedentes — da violência, dirigida principalmente contra o Partido Comunista, e a adoção de novas medidas de arbitrio, para tentar evitar que a ditadura colhesse nova derrota nas eleições de 1976. Mas não se conseguiu fazê-lo.

A esta altura, as possibilidades de utilização da violência policial-terrorista eram mais reduzidas. Ainda assim, ela foi empregada. E novas medidas arbitrárias — as do «pacote» de abril — foram adotadas. A contumácia do regime revelava como seu campo de manobra se havia estreitado.

Nesta vez, porém, os resultados foram ainda mais magros do que em ocasiões anteriores. Primeiro, a violência e as arbitrariedades não impediram o prosseguimento da reanimação do movimento de resistência, não foram capazes de fazê-lo refluir. Na verdade, o movimento de massas, a luta reivindicatória e a oposição democrática, intensificaram-se, e passaram, mesmo, a apresentar elementos novos, níveis mais elevados. Segundo, sob a pressão deste movimento e face à escalada do arbitrio, os conflitos no interior do regime aguçaram-se, chegaram a um patamar explosivo. Geisel teve de aplicar todos os poderes de que dispunha para abortar uma conspiração golpista da qual seu Ministro do Exército estava à testa.

A resistência dentro do regime à política que Geisel procura aplicar é, porém, muito anterior ao episódio; ela existiu, a bem dizer, desde sempre. E não foi eliminada com a exoneração do general Frota. Baste ver que hoje, a denúncia por ele feita do «estatismo» é retomada por importantes setores das classes dominantes, aos quais ele procurara apelar ao formulá-la. Ou notar como o novo Ministro do Exército já encaixou, em pronunciamentos posteriores à assunção do cargo, referências a temas da carta de Frota.

O que não se pode perder de vista, neste momento, são os objetivos de Geisel, daquilo que ele representa. Ele quer negociar com as forças políticas, precisa fazê-lo. Mas o que ele quer levar a esta negociação é o produto de uma outra negociação preliminar, de uma negociação no interior do regime. Este produto, evidentemente, não é aceitável pelo conjunto das forças oposicionistas. Daí a necessidade de dividi-las. O

princípio é tão antigo como a própria política.

Temos insistido na pregação da unidade do campo democrático. E, acreditamos, com forte razão. Neste momento, queremos apresentar certos parâmetros para orientar esta unidade. Propostas para a sua corporificação agora.

Em primeiro lugar, a repulsa a qualquer alteração do calendário eleitoral e a qualquer reforma tendente a desfigurar o pleito de 1978. Em segundo lugar, a não aceitação, como bases válidas de negociação, de quaisquer reformas que mantenham os impasses cruciais e a instabilidade estrutural do quadro político. A revogação do AI-5, anunciada pelo Sr. José Bonifácio, se apresentaria, em princípio, como uma grande vitória da democracia, mas esta vitória pode ser contrariada pela adoção de um AI-5 travestido. Como observou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Raimundo Faoro, arbitrio é arbitrio e, em última instância, pouco importa se ele é aplicado por uma, seis ou doze pessoas.

Tudo aquilo que vise a manter ou aumentar o afastamento do povo da vida e das decisões políticas deve ser rejeitado pelo campo da democracia. E o caso da oposição, que se tenta fazer, do «diálogo» conduzido pelo Senador Protella à campanha pelo Constituinte. A constituinte não bloqueia nem prejudica o diálogo, ela é o diálogo por excelência.

O campo antiditatorial conduz hoje, em melhores condições do que antes, por ele mesmo conquistadas, um processo já longo, e que tende a se tornar cada vez mais complexo, de resistência ao arbitrio e à opressão. Seu objetivo, que não é igualmente consciente para todas as suas componentes, é o de inverter a atual correlação de forças, que ainda lhe é desfavorável, para comandar um processo de derrocada do atual regime e de construção de um Estado democrático de cunho antifascista. Fundado num pacto social e político que permita a realização de importantes reformas de caráter democrático e progressista.

Para tanto, precisa ampliar suas forças, unificar e organizar suas ações. Precisa saber valorizar cada passo dado à frente e não pode iludir-se com tergiversações do regime. Precisa valorizar, sobretudo, o papel das massas, que constroem o que há de realmente novo nesta caminhada. O próximo grande encontro marcado das massas com uma possibilidade de manifestação de opinião, ainda que limitada pelo arbitrio vigente, são as eleições parlamentares de novembro de 1978. É preciso agarrar-se com unhas e dentes à defesa destas eleições, cuidar escrupulosamente da sua preparação, fazer com que os combates e manifestações parciais, setoriais, localizados que terão lugar engrossem um mesmo caudal unitário. E saber, com precisão, onde concentrar os instrumentos disponíveis de modo a ir arruinando, onde ele é mais frágil, o edifício da ditadura.

G. De Sá

IV CONCLAP: o grande patronato se divide diante da necessidade de marcar posição quanto ao regime

O exame dos debates travados por ocasião da IV Conclap (Conferência Nacional das «Classes Produtoras») fornece-nos importantes indicadores das tendências do quadro político atual. O plenário da conferência reuniu uma ampla amostragem dos mais variados setores da burguesia e configura uma espécie de «Estados Gerais» dos que vivem do trabalho alheio. A diversidade constatada entre os presentes no que diz respeito aos ramos onde exercem suas atividades, aos pesos individuais das respectivas empresas na produção social, aos tipos de vinculação com o setor público da economia e com o capital estrangeiro, ao grau de dependência em relação ao mercado externo, às formas jurídicas de constituição, tudo isto, condicionou as tomadas de posição, também muito diferenciadas no que diz respeito às reivindicações setoriais. No entanto, no que toca às determinações mais gerais do processo econômico e político, delineiam-se claramente correntes de opinião bastante abrangentes.

A primeira constatação que se impõe é a de que o descontentamento com o tratamento que o atual regime vem dispensando aos problemas da economia generalizou-se a tal ponto que contagiou o próprio patronato. Nestas condições, a classe que constitui a base social por excelência da ditadura procura soluções num sentido que favoreça novas perspectivas de aliança com outras forças sociais que vêm se opondo de maneira mais permanente ao fascismo.

Esta impressão resulta ainda mais da análise dos debates do que do documento final, formulado com evidentes precauções conciliatórias.

O afrontamento mais acirrado foi o que se verificou no plenário sobre o tema da relação Estado-empresa privada. Voltou assim à tona a polémica entre «liberais» e «estatizantes» que havia passado para um segundo plano em função da primazia assumida pelos aspectos especificamente políticos da crise que o regime atravessa. E tanto gregos como troianos, ainda que por motivos opostos, convergem ao manifestar seu desagrado com a política governamental e ao dizer que «assim como está não pode continuar». O general Geisel viu-se em situação incômoda. No seu afã de angariar apoio para a tese central do seu discurso — a de que o modelo é bom e deve continuar —, o presidente prometeu ao mesmo tempo barrar a estatização, rechaçar a desnacionalização e, como se tais façanhas não bastassem promover a desconcentração do desenvolvi-

mento industrial. Com profissão de fé tão eclética, ele não fez senão dar razões suplementares à queixa dos empresários quanto ao casuismo, à irracionalidade e à incoerência da orientação da política econômica.

Queremos lembrar aqui uma posição que já em outras ocasiões manifestamos a respeito desta polémica. Parece-nos que a possibilidade de contradições entre a ação do Estado, como defensor das condições gerais de reprodução do capital, e os interesses de tais e tais burgueses particulares é inerente à relação entre economia e política no capitalismo.

Esta tendência se reforça com o ingresso das economias capitalistas num estágio monopolista de seu desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Tal tipo de contradição manifestou-se com vigor e passou a constituir-se num terreno de divergência interburguesas mais duráveis quando do esgotamento do ciclo de expansão que se convencionou qualificar de «milagre».

A reconversão da política econômica, necessária para fazer frente a problemas que ameaçavam o funcionamento do sistema como um todo (inflação, déficit nas contas externas), exige alterações na ordem de prioridades usada para a escolha dos beneficiários dos favores estatais. Este fato provoca clamores dos que se sentem subitamente desamparados. Quanto aos setores promovidos à condição de prioritários, como é o caso das empresas que produzem meios de produção, eles começam a tomar consciência da rigidez do modelo econômico impondo certos automatismos que somente um poder político fundado em bases sociais mais amplas poderia romper. Com efeito, a necessidade de obter novos financiamentos externos, quase sempre acompanhados da obrigatoriedade de importações a eles vinculadas, impõe exceções de tal ordem à proclamada orientação de amparo à industrialização de bens de capital que esta orientação se encontra ultimamente desvirtuada.

A controvérsia sobre a dinâmica da intervenção do Estado na economia brasileira não deve deixar indiferentes as forças democráticas e revolucionárias, as quais devem considerar como um dos elementos essenciais de sua plataforma política a defesa da intervenção direta do Estado na economia.

É claro que a intervenção do Estado que propomos deve seguir uma orientação fundamentalmente diferente da atual. Ela deve procurar um novo tipo de relações com o

capital estrangeiro (baseadas na soberania política e econômica) e com os monopólios nacionais (limitando a tutela draconiana destas grandes corporações e o conjunto da sociedade). Além disso, as empresas estatais podem ser um campo de aplicação prática de uma política de progresso social com forte poder de propagação. Quanto aos mecanismos indiretos de intervenção estatal que condicionam a vida produtiva de milhões e milhões de brasileiros, é natural que eles sejam utilizados por um poder político representativo dos anseios da maioria do povo, democraticamente expressos.

Voltando agora à Conclap, é forçoso reconhecer que, entre contendores tão encarniçados, há um largo terreno de acordo no campo estritamente econômico. O mais severo «liberal» reclama taxas de correção monetária inferiores à inflação para os empréstimos públicos. E os «estatizantes» mais combativos concordam em que as empresas públicas devem tender a concentrar-se em setores não imediatamente rentáveis.

Mas há um outro campo de acordo entre os empresários que se esboça no campo político, e que as forças democráticas devem examinar com a maior atenção: a denúncia do caráter arbitrário das decisões do poder executivo no tocante à política econômica.

De fato, essas decisões não são objeto de concertação regular, institucionalizada, entre os órgãos formuladores da política econômica e os interesses burgueses por ela afetados. Elas passam assim a carecer de legitimidade, já que a conjuntura, ao mesmo tempo que limita a ação oficiosa dos grupos de pressão, não permite mais com tanta frequência a legitimação *a posteriori* pelos êxitos econômicos. A falta de mecanismos de formulação do consentimento em relação à própria burguesia é uma decorrência da forma que assumiu o fascismo brasileiro, implantado do alto, evitando a representação política do conjunto das classes sociais. Por outro lado, a própria eficácia do nível mais geral de intervenção deste poder político na economia, em nome da qual sacrifícios passageiros talvez pudessem ser consentidos — a garantia de formas institucionais adequadas para a reprodução do capital monopolista no seu conjunto — começa a ser posta em dúvida no momento em que o avanço da resistência democrática determina a mais grave crise política que o fascismo brasileiro já conheceu.

É dentro deste quadro que devem ser interpretadas algumas importantes recomendações incorporadas à resolução final da IV Conclap. Ressalta-se a necessidade de criação de mecanismos permanentes de consulta junto aos representantes de diferentes segmentos da sociedade, a fim de refletir de maneira mais precisa as preferências da comunidade. E, mais adiante, o reconhecimento do «pluralismo político» como a melhor forma de acomodar as naturais dissensões numa sociedade em processo de intensa transformação, como é o caso

da atual no Brasil.

Diante destes cenos «democráticos», as forças de oposição, e o movimento operário em particular, não devem dar os ombros e lançar à face das «classes produtoras» os versos do samba proibido: «... voce que inventou a tristeza agora faça a fineza de desinventar...».

Parece-nos desde já evidente que o campo da democracia sai fortalecido do episódio. Não é por acaso que os empresários descontentes apelam para a arbitragem democrática através da revalorização da representação política, ao invés de aderirem ao canto de senão do ressentido ex-Ministro do Exército.

É claro que a maioria das manifestações pela democracia saídas do encontro do empresariado trazem a marca da estreiteza e da precariedade que a burguesia atribui a este conceito político. São agravantes, no caso brasileiro, o peso das tradições elitistas e repressivas da nossa classe dominante e o pânico diante das tensões acumuladas durante todos estes anos de ditadura. Por isso, a profissão de fé do liberalismo ouvida várias vezes na Conclap é temperada sempre com a preocupação das chamadas «salvaguardas». Ou seja, mecanismos que limitem a participação autônoma das classes trabalhadoras na vida política.

Mas seria uma ingenuidade das forças antifascistas não se manterem abertas para acolher as forças do regime que com ele se ponham em oposição, ou mesmo que se limitem ao descontentamento com sua política, ainda que visando a objetivos limitados.

Resta-nos, então, o registro final para duas questões que terminaram se transformando no fato político marcante do Congresso: a referência feita com respeito à ausência dos trabalhadores na discussão sobre o projeto político e econômico que interessa à Nação, e, mais precisamente, o reconhecimento da necessidade da participação dos comunistas na vida parlamentar brasileira.

Que fique claro uma coisa: não são os comunistas que recusam o livre jogo democrático. Ao contrário, o PCB já mostrou em várias ocasiões sua convicção de que a democracia e a estabilidade só trazem benefícios à classe operária e aos trabalhadores. O «quanto pior melhor», a «desestabilização», e quantas outras formulações do gênero existam, quando elas aparecem é sempre ao serviço dos que jogam no arbítrio e na violência como método de poder.

O que os comunistas têm claro, isto sim, é que a democracia não pode ser estável se dela não participarem as verdadeiras classes produtoras, que são os trabalhadores do campo e das cidades. Por isso manifestam seu entusiasmo com a possibilidade da realização de um CONCLAT, um passo na concretização do autêntico congresso de toda a Nação, a Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e, por isso, soberana.

Nicanor Gonçalves

O divórcio parcial

Somente o extremo atraso da legislação brasileira sobre a família explica que alguns setores do governo tenham podido apresentar como uma medida progressista a emenda constitucional que abriu caminho para a instituição do divórcio no Brasil. Na realidade, foram ínfimas as proporções em que o Estado atendeu às exigências profundas e já antigas da sociedade civil no nosso país. E é necessária muita desfaçatez demagógica para vangloriar-se de tão pouco.

Antes de mais nada, verificamos que a vanglória, além de completamente indevida, começou prematuramente: a emenda constitucional ainda não produziu consequências práticas e o começo da sua vigência depende de uma regulamentação para a qual não se nota nenhuma pressa. Depois de pensar pelo crivo das comissões da Câmara e do Senado, a nova lei ordinária ainda dependerá da sanção presidencial. Os antidivorcistas já estão empregando táticas dilatórias para retardar o andamento do projeto nessas comissões. Ainda não estão definidos os casos expressos em lei, que a emenda menciona como condição para a dissolução do casamento. Ainda há toda uma série de batalhas a serem travadas para se chegar ao magro resultado — de que o governo pretende vangloriar-se — anunciada pela emenda.

Irritado com a firme oposição da Igreja Católica às suas medidas repressivas, o governo facilitou essa manobra visando golpe-la: o resultado foi que a emenda do divórcio não nasceu do reconhecimento amadurecido das necessidades da situação familiar de fato criada no Brasil e sim de uma jogada oportunista.

As possibilidades de divórcio reconhecidas pela emenda são, afinal, extremamente restritas: as vítimas dos casamentos falhados são obrigadas a esperar anos para poderem pleitear o divórcio. Além disso, os altos custos do processo fazem com que ele seja acessível, na prática, somente às classes privilegiadas.

Nós, comunistas, sempre fomos favoráveis ao divórcio. Consideramos positivo qualquer passo, por modesto que seja, no sentido da superação da imposição da indissolubilidade do casamento. Mas julgamos indispensável a elaboração de uma consciência crítica que ajude as vítimas da estrutura jurídica retrógada que rege a vida familiar a enxergarem claramente os limites dos pequenos avanços, a não se iludirem com as pequenas conquistas. A luta precisa continuar: as estruturas jurídico-familiares, tal como as estruturas sócio-econômicas, não se transformam automaticamente e dependem das iniciativas e da combatividade dos interessados.

As principais vítimas das estruturas jurídico-familiares retrógadas são, notoriamente, as mulheres. Nos termos em que o divórcio está sendo aceito pelo sistema, no Brasil, os direitos, tanto dos homens como das mulheres, continuam sendo cerceados. Mas os direitos das mulheres ainda são mais cerceados que o dos homens, na medida

em que a estrutura social lhes veda em grande margem o acesso ao trabalho, lhes nega condições para a qualificação profissional e impede-as de dispor das creches determinadas por lei. Carecendo de uma infra-estrutura mínima — que, além dos fatores acima mencionados, incluiria serviços de lavanderia e refeitórios, capazes de atenuar a dureza do trabalho doméstico — a mulher não poderá arcar com as consequências de uma separação.

Se compararmos as proporções das medidas necessárias a uma verdadeira atualização e democratização da legislação familiar brasileira com a mesquinhez daquilo que se concede com a emenda constitucional sobre o divórcio, percebemos claramente como só pode ser demagógico o alarde feito em torno de tão pouca coisa.

L. G.

TV anticultural mas lucrativa

Teoricamente, o «sistema» imposto ao Brasil optou por uma televisão baseada na livre competição de empresas privadas (segundo o exemplo norte-americano). Só que nos Estados Unidos existem, efetivamente, diversas empresas particulares poderosas, que concorrem umas com as outras; e no nosso país se criou, de fato, um quase-monopólio da TV-Globo.

Na medida em que a direção da TV-Globo se submete docilmente ao seu controle, a ditadura deixa que ela reine, soberana, sobre o mercado. Além da propaganda permanente de valores e modos de vida estrangeiros (através dos «enlatados»), a TV-Globo investe fabulosos recursos numa difusão constante de cenas de brutalidade, cujo efeito — conforme denunciou há pouco um médico paulista — é o de provocar nas crianças uma reação de apatia diante da violência.

O que interessa à ditadura é que os noticiários da televisão não deem à população informações «inquietantes» sobre os aspectos mais trágicos da situação atual do país, que as novelas não mostrem as tensões sociais criadas pela exploração do trabalho. As «picaretagens» ensejadas pela situação de quase-monopólio da TV-Globo, entretanto, são tranquilamente toleradas.

Recentemente, viu-se a novela «Sem lenço, sem documento», de Mario Prata, apresentar as atrizes a serviço do lançamento de um novo tipo de bicicleta e em seguida se verificou que a ficção estava a serviço de uma propaganda real: a empresa Calóí lançou, realmente, no mercado a bicicleta «fictícia» da novela e se aproveitou da preciosa le custosal publicidade.

Essa é a imagem mesma da política da ditadura para a comunicação de massas: a TV-Globo e a Calóí têm total liberdade para faturar rios de dinheiro às custas da manipulação do público (na propaganda subliminar da nova bicicleta), enquanto o jornal da diocese de São Paulo se acha submetido a uma censura raivosa (que, conforme denúncia de D. Paulo Evaristo Arns, proíbe até a reprodução de declarações do arcebispo sobre questões estritamente religiosas).

A classe operária luta para romper o cerco imposto pela ditadura

O movimento sindical brasileiro começou a tomar um novo alento a partir da luta desencadeada pelos metalúrgicos de São Paulo, logo seguida pelos trabalhadores da categoria de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro, pela reposição dos 34,1% subtraídos aos trabalhadores pelos órgãos governamentais em 1973, através de dados fraudulentos que permitiram estabelecer índices de aumento salarial muito abaixo do custo de vida e da inflação.

A firme posição dos metalúrgicos abriu-lhes espaço na imprensa e angariou apoio de parlamentares oposicionistas. Seu movimento, tornando-se nacional, fez com que, pela primeira vez desde o golpe de 1964, ministros de Estado da área econômica, além do Ministro do Trabalho, discutissem frente a frente com lideranças sindicais.

Nenhuma solução concreta saiu deste encontro, mas isto já era esperado pelos trabalhadores. A partir dele, entretanto, ficou claro que não se tratava apenas da reposição de diferenças salariais, mas sim de uma maior e mais efetiva participação dos trabalhadores não apenas na discussão de suas reivindicações específicas mas, igualmente, da política econômica e financeira adotada pelo poder. Discussões para as quais são necessárias a autonomia e a liberdade sindicais, o que significa dizer liberdades democráticas, pois uma coisa não se obtém sem a outra.

Verifica-se portanto que, a partir de agosto, as lutas reivindicatórias dos trabalhadores já são capazes de levá-los, de forma mais organizada, a aproximar-se da luta geral da sociedade brasileira pela reconquista das liberdades democráticas. No momento em que a classe operária, base social da resistência ao regime exige, através de seu movimento sindical, autonomia e liberdade para suas organizações de classe, instrumentos para uma maior participação dos trabalhadores na vida nacional, ele reforça enormemente as manifestações dos mais diversos setores — Igreja, intelectuais, advogados, jornalistas, artistas, estudantes e, em particular, o movimento pela Constituinte, aprovado na convenção do MDB — que visam ao fim do atual regime.

Não se trata de pronunciamentos isolados de algumas lideranças, sindicatos ou categorias, mas de manifestações de um fenômeno que começa a aparecer mais publicamente, e que é bastante generalizado no País. O movimento operário e sindical compreende desde pequenas reuniões em seções de empresas, ou de comissões salariais e de segurança e melhores condições de trabalho, até assembleias de milhares de trabalhadores. E preciso levar em conta que estas ações dos trabalhadores se realizam

sob intensa e persistente repressão policial no meio operário. Apesar das difíceis condições — a perda do emprego é uma ameaça inicial, e há outras muito mais graves —, os trabalhadores encontram formas legais e ilegais de luta. Como as chamadas operações-tartaruga, ou de zelo, que são levadas a cabo em seções de empresas. E chegam às vezes a níveis mais elevados de luta reivindicatória, como ocorreu recentemente com os rodoviários de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De agosto a novembro, o movimento sindical deu passos importantes em direção à conquista do direito de participar, como tal, da vida pública brasileira. O manifesto dos trabalhadores gaúchos, assinado por 110 sindicatos e associações profissionais, reafirma a posição assumida pelos metalúrgicos de São Paulo: a questão não é apenas de reivindicação salarial mas de liberdade e autonomia sindicais. Ou seja, é uma questão política. Em nome de 300 mil trabalhadores do RS, o documento afirma que «a falta de liberdades é a principal, se não a única responsável pelo impasse em que se encontram não só os trabalhadores mas toda a sociedade brasileira» e que «todos os problemas só encontrarão solução se a sociedade brasileira se reorganizar através da participação ampla e direta de seus cidadãos, de forma a tornar as liberdades democráticas e os direitos da pessoa humana verdadeiramente praticados e respeitados».

O documento assinala a discordância dos trabalhadores quanto ao modelo econômico, à política salarial, ao FGTS, à falta de condições de saúde da população, ao ensino inacessível, à política habitacional, às limitações impostas aos sindicatos e associações profissionais, e ao obscurantismo da censura.

Após visitas de dirigentes sindicais montadas pelo Planalto do Planalto antes e depois da exoneração do general Frola, chegou a vez, em novembro, de Geisel receber uma comitiva de 180 líderes sindicais paulistas. Como disse o porta-voz dos sindicalistas, Hugo Roberto Peres, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, «os sindicatos brasileiros estão falando há muito, e é tempo de serem ouvidos, embora seja necessária uma reforma de profundidade na estrutura sindical do País. Pois nossos sindicatos são excessivamente tutelados pelo Ministério do Trabalho».

Pela primeira vez desde 1970, quando o ditador Médici recebeu os participantes do IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, uma delegação de tal importância vai ao Planalto. E

o acontecimento anuncia a possibilidade de um desdobramento importante, reivindicado pelos dirigentes sindicais a Geisel: a realização de um congresso nacional dos trabalhadores, a exemplo da Conferência Nacional das Classes Produtoras. O presidente do Sindicato da Borracha de São Paulo e do ABC, José Correia, declarou aos jornalistas: «Não contestamos o direito dos empregadores de se reunirem. Até achamos isto muito bom. É uma abertura, e se eles conseguirem nós vamos conseguir também. Se a lei permite para eles, não é justo proibir para a gente».

Em seu discurso de resposta, Geisel não mencionou a proposição dos trabalhadores. Preferiu, como é natural, fazer a mesma demagogia rasteira de sempre e pôr o acento no paternalismo. Um paternalismo que não disfarça seu caráter odioso quando diz que «já hoje os trabalhadores constituem uma classe bem mais esclarecida do que a que nós tínhamos anos atrás». O desprezo pelas massas trabalhadoras aparece sem rodeios, mas o que está por trás dele é bem perigoso: os operários de antes do golpe, que dispunham de outras condições para lutar e o faziam, não eram muito esclarecidos; os operários de hoje, que após 14 anos de arrocho e repressão têm de superar mil dificuldades para dar o menor dos passos, são «mais esclarecidos». Geisel, aplicando a filosofia de que «repressão é civilização», filosofia policial, investe na divisão do movimento sindical e da classe operária. Não desistiu de conseguir o que 14 anos de ditadura não tornaram possível. Na verdade, uma das premissas dos cálculos dos donos do poder, quando compreendem que, cedo ou tarde, terão de ceder à pressão pela democracia, é a de que a classe operária poderá ser enquadrada, nos quadros de uma «democracia relativa». Para enquadrá-la, é preciso dividi-la. As tentativas de divisão da classe operária, este é o recado de Geisel, vão ser intensificadas.

Quanto à demagogia do general, ela chega a ser insultuosa. Aqui, não é preciso acrescentar nada à citação: «(...) Nós devemos ver o que era o Brasil há uns anos atrás (sic), o que era o trabalhador algum tempo atrás, e o que ele é hoje. Qual foi o nível que ele atingiu, como ele pôde se aperfeiçoar e como ele pode melhorar as suas condições de vida. E acredito que se se fizer uma análise isenta do que se vem realizando neste sentido, as conclusões serão positivas».

Geisel fez questão de não responder à reivindicação das lideranças sindicais, o que só faz deixar mais clara a diferença entre o tratamento dispensado pelo regime aos patrões e aquele o que têm de sujeitar-se os operários. Mas isto não impedirá os trabalhadores de pôr mãos à obra para concretizar a ideia de um congresso nacional, onde os problemas específicos e gerais possam ser discutidos, e com o qual a Nação só tem a ganhar, e a resistência ao arbítrio também.

N. Miranda

As lutas na Argentina

A chegada ao poder, em março de 1976, dos militares na Argentina, veio coarçar uma longa série de intervenções que resultaram em regimes militares na América Latina. O caso argentino apresenta, todavia, algumas peculiaridades que merecem ser analisadas de maneira mais detida.

O golpe põe fim ao interregno democrático representado pela eleição de Campora, à qual sucede, logo após, a eleição do próprio Peron, e depois o governo de Isabelita. Poderia, nesta medida, parecer estranho que depois de sete anos de governo militar o golpe dado por Onganía contra o governo institucional de Illia ocorreu em 1966, e a eleição de Campora em 1973, durante os quais se sucederam três generais à frente do Executivo, os militares, tendo devolvido o poder aos civis, intervenham novamente na cena, dependendo o Presidente e assumindo a chefia do governo.

O período 1966-1973 parecia ter mostrado que um governo militar na Argentina teria poucas possibilidades de se estabelecer no poder, principalmente no caso de aplicar uma política anti-operária que não levassem em conta o nível de organização e combatividade do movimento sindical argentino. Na realidade, nenhum dos governos daquela época conseguiu, seja levar à cabo uma política econômica que permitisse, através da compressão de salários, produzir altas taxas de crescimento, seja deslocar a influência do peronismo na vida política e no movimento sindical. O resultado foi uma acentuação das divisões entre as facções militares, que gerou a impossibilidade do regime militar se manter, e finalmente sob forte pressão do movimento sindical e das correntes políticas internacionais, impôs-se a decisão de Larusse de permitir a volta de Peron e de retomar o processo eleitoral. Para salvar a face, os comandos militares impuseram o compromisso de que Peron não seria candidato nas eleições presidenciais de início de 1973. A eleição de Campora, naquela época candidato apoiado por Peron, representa portanto a fidelidade a este compromisso, mas a renúncia de Campora e a convocação de novas eleições em que Peron foi vitorioso mostraram que os comandos militares não tinham, naquele momento, condições de impedir o acesso de Peron ao poder. Não cabe aqui, evidentemente, retrair a história do governo Peron, nem de sua sucessora, Isabelita. Importa fundamentalmente perguntar como as Forças Armadas, isoladas em 1973 a ponto de ter permitido a volta e a eleição presidencial

de Peron, puderam, com tanta facilidade, desalojar do poder aquela que representava o elemento de continuidade do peronismo.

Dois fatores parecem ter jogado, neste momento, um papel fundamental. Em primeiro lugar, as profundas divisões do movimento peronista, que puderam ser mantidas sob controle durante o período de vida de Peron, emergiram logo após sua morte, provocando o enfraquecimento do movimento. Em segundo lugar, a classe operária se afastou da direção do movimento, representada naquela época por uma burocracia sindical mais ligada ao poder do que às bases operárias. O agravamento da situação econômica e o aumento descontrolado da taxa de inflação, que afastaram as camadas médias do governo de Isabelita, fizeram o resto, criando um clima favorável à intervenção militar.

A instauração do regime militar na Argentina deu-se, portanto, num momento e num quadro aparentemente favorável às Forças Armadas. O peronismo estava desgastado, dividido, havia um vácuo de liderança na classe operária, e a opinião pública, paralisada pelo aumento incessante da inflação e pelo clima de violência progressiva que se criou no país a partir de 1975 não reagiu.

Cedo, muito cedo, entretanto, começaram as dificuldades do regime. A indicação de Martinez de Hoz para o Ministério da Fazenda, desde o momento mesmo do golpe, já indicava, sem deixar margem a dúvidas, sobre qual seria a orientação básica da política econômica e financeira. O novo ministro é sabidamente ligado aos interesses mais retrógrados da sociedade argentina, os interesses do latifúndio exportador de carne e cereais, além de ser o homem de confiança dos grandes monopólios internacionais. Os homens e os países diferem: a política, por estranhas razões (que não são, afinal, tão estranhas assim), é sempre a mesma, quando os monopólios e seus associados internos conseguem impor sua orientação. O combate à inflação é feito através da compressão de salários; o déficit do balanço de pagamentos é remediado através do recurso a empréstimos estrangeiros; as exportações são estimuladas por meio de isenções de impostos que beneficiam justamente os exportadores de cereais e de carne; o crédito à indústria nacional é sistematicamente negado, e levando à estagnação da economia, declínio de investimentos e desemprego maciço. Mas na opinião de Martinez de Hoz o caminho da recuperação já está sendo trilhado; o que pode atrapalhar es-

ta recuperação é a mobilização da classe operária em sua luta pela obtenção de melhores níveis salariais.

Mas o proletariado argentino não parece ter se comovido com o «ardor patriótico» do Ministro de Hoz. No quadro de uma diminuição de seu poder aquisitivo de mês para mês, em que a taxa de inflação ultrapassa os 100%, apesar da política de «austeridade» posta em prática por de Hoz, o proletariado reagiu, e reagiu logo. Menos de um ano depois do golpe, os trabalhadores do setor de energia elétrica da Grande Buenos Aires entravam em greve, reivindicando aumentos salariais e a liberdade dos dirigentes sindicais do setor, presos desde o momento em que foi anunciada a greve. O governo recuou, numa demonstração clara de que a unidade e a firmeza do movimento operário são fatores decisivos para o êxito na luta contra regimes até mesmo ditatoriais. O início do mês de novembro foi assinalado por uma paralisação de atividades de diversas categorias profissionais, incluindo mais uma vez a energia elétrica, à qual se somaram os transportes urbanos.

Isto mostra que o regime militar argentino, apesar da repressão que se desenvolve no país, não conseguiu derrotar a classe operária, nem quebrar seu espírito combativo. Novas lideranças sindicais surgiram, e a influência dos comunistas aumenta nas organizações sindicais e nas empresas.

Tão importante quanto isto, entretanto, é o fato de que a política econômica de subordinação aos monopólios internacionais e aos setores agrários internos, posta em prática por de Hoz, está provocando divisões importantes entre os militares, na medida em que parcelas crescentes da oficialidade estão tomando consciência dos malefícios que esta política traz ao país. Aumenta, assim, a resistência que de Hoz encontra para continuar aplicando sua política antinacional. As ações da classe operária argentina, as reações que a orientação econômico-financeira provoca em diversos setores da sociedade, inclusive dentro das próprias Forças Armadas, poderão criar uma situação tal que leve ao afastamento de Hoz, e à alterações importantes no governo argentino.

A situação não é, de modo geral, favorável às ditaduras militares na América do Sul. Num quadro internacional desfavorável, sob a pressão de forças políticas diversas, a maioria dos regimes militares parece ter perdido a iniciativa, e encontra-se em dificuldades, seja para manter o poder, seja para preparar a própria sucessão. A classe operária argentina, na medida em que se lança à luta, oferece assim uma importante contribuição ao movimento antilimpialista, nacional e democrático em toda a América Latina.

P. Gonçalves

Mazelas da política de um super-ministro a serviço dos grandes monopólios

Recentemente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico decidiu aumentar o recolhimento compulsório dos bancos. O objetivo, segundo o governo, foi conter a expansão dos meios de pagamento que estavam superando, sensivelmente, as estimativas oficiais. Simultaneamente, criou-se o Imposto de Exportação que, ao entrar em vigor, corresponderá a uma alíquota de 10% sobre produtos a serem determinados pelo Conselho Monetário Nacional.

Estas duas medidas foram consideradas pelo super-ministro Simonsen como as últimas a serem adotadas este ano no quadro de combate à inflação. Elas só vêm confirmar as sérias dificuldades que enfrenta a tecnocracia da ditadura no seu afã de reduzir a inflação a uma taxa suportável, tanto para uso interno, como para uso externo. Inicialmente, a meta era limitar a inflação a cerca de 30% em 1977, depois dos 45,6% do ano passado. O instrumento básico para obter este resultado foi a adoção de uma série de medidas de política monetária com o objetivo de «desaquecer» a economia. Os resultados não podem ser considerados entusiasmantes. A inflação será menor do que em 1976, mas seguramente muito superior ao nível previsto e desejado pelas autoridades econômicas (40% em dezembro). Enquanto isso, o «desaquecimento» começa a atingir níveis preocupantes, principalmente no que se refere ao crescimento do desemprego em certos ramos industriais. A dispensa de operários na indústria automobilística foi o primeiro sinal, sendo possível que novas dispensas se afetuem tendo em vista que a queda de produção chegará à cerca de 8% no fim do ano (o mesmo poderá acontecer na indústria de autopeças, onde a redução será de 3%). A indústria ferroviária, que havia realizado grandes investimentos com base nos planos governamentais, após os cortes na despesa pública vê sua capacidade ociosa atual chegar aos 70%. Não é menos séria a situação na indústria elétrica e eletrônica, onde 5 mil dos 60 mil empregados já foram dispensados, sendo que algumas fábricas ameaçam parar caso as empresas estatais não aumentem suas encomendas.

O único setor que mantém aproximadamente o mesmo nível de crescimento de 1976 é o das indústrias de base, setor prioritário atualmente para a tecnocracia da ditadura, em função da política de substituição de importações de bens de capital. Apesar disso, também neste setor existe preocupação pelo baixo número de encomendas para o futuro.

Deve ser esclarecido que no caso da indústria automobilística a queda na produção é uma consequência não somente do «desaquecimento», mas também do fato de que este setor deixou de ser prioritário. Este fato em si não pode ser considerado negativo se se tem em conta a excessiva ênfase dada ao transporte rodoviário, com conse-

quente relegamento a um plano secundário das comunicações ferroviárias, marítimas e fluviais. Além disso, o hiper-desenvolvimento da indústria automobilística em nosso País representou uma grave e antipatriótica concessão a poderosas empresas multinacionais, que penetraram livremente em nossa economia, agravando o quadro de dependência.

Dito isto, não se pode porém deixar de denunciar a forma como vem se dando este processo de redução de ênfase na indústria automobilística. Porque, na ausência de um mínimo de planificação, quem está sofrendo as consequências mais pesadas são os operários dessas empresas jogados no desemprego e algumas pequenas indústrias satélites. As multinacionais foram minimamente afetadas em seus lucros fabulosos (que, aliás, continuam a ser exportados irregularmente a título de assistência técnica).

Voltando ao problema da luta contra a inflação, pode-se verificar então que a ditadura encontra-se numa situação bastante delicada: não só a inflação não baixou aos níveis almejados, como também o desaquecimento ultrapassou os limites previstos. E as perspectivas para 1978 não são das melhores, principalmente se se leva em conta que a balança comercial deve apresentar resultados piores que neste ano. Comprova-se, assim, uma vez mais, que não se pode resolver o problema da inflação somente através do abrir e fechar das «torneiras» monetárias, de acordo com a vontade de super-ministros. Tal tipo de política apenas transferirá para o futuro a resolução dos problemas estruturais que afetam a economia brasileira, e que foram agravados pelo modelo capitalista dependente seguido pela ditadura até o presente. É o caso, por exemplo, da concentração da renda que continua a ser um dos alicerces do modelo econômico, simultânea à negativa de ampliar o mercado interno e à redução do grau de dependência do País às exportações e aos investimentos estrangeiros.

E são justamente a concentração de renda e a abertura total ao exterior os pontos nodais da política econômica do regime militar fascista que necessitam ser criticados e denunciados permanentemente pelo conjunto de forças democráticas.

Neste contexto, merece consideração um discurso pronunciado pelo super-ministro num simpósio da Arena. (Fosse nessa ocasião o sr. Simonsen que «mercado interno não equilibra balança de pagamentos nem paga dívida externa» e que «o médio prazo não haveria banqueiro capaz de financiar sua implantação», para concluir afirmando que «uma Nação não expande seu mercado interno quando quer, mas quando pode». Tais declarações, de salutar clareza, são, por seu tom aristocrático e tecnocrático, uma afronta ao povo brasileiro; aos milhões de operários e trabalhadores da cidade que vivem com um salário-mínimo e aos

outros tantos do campo que nem este recebem. São eles (e não os banqueiros) que pagam as consequências pelo fato da ditadura ter aberto a economia como quis e não como podia. O desequilíbrio da balança de pagamentos e a dívida externa não são deuses *ex-machina*, parâmetros eternos que sempre existiram e sempre existirão no decorrer da evolução econômica. No Brasil, tanto um como outro têm suas origens, suas causas, no modelo seguido pelo desenvolvimento do capitalismo e, mais do que tudo, na política econômica da ditadura militar de 1964 até hoje.

Na mesma ocasião, Simonsen mencionava ainda que «sugestões de redistribuição de renda (aumentar impostos no topo para redistribuí-los na base) seriam prematuras e ingênuas, «pela falta de sustentabilidade, pois afetariam negativamente a poupança e o esforço individual». É óbvio que o ministro está antes de tudo referindo-se aqui à grande poupança, nacional e estrangeira, e não à pequena poupança popular que, captada pelos vários mecanismos de poupança forçada estabelecidos pela ditadura, não tem nenhuma condição de manifestar-se sobre a sua remuneração. Com esta o super-ministro não se preocupa. Mas no que se refere à outra, não há dúvida de que ele tem razão: uma política de redistribuição de renda afetaria, em certa medida (determinada pelo nível de sua aplicação) os interesses e os lucros dos grandes monopólios.

Este é, portanto, um dos caminhos mais eficazes para melhorar, em forma sensível e em tempo útil, as condições de vida das amplas camadas populares que vivem em condições sub-humanas. É claro que uma política de redistribuição de renda não pode assumir a simples forma de «tirar do topo para redistribuir na base» como toscamente insinua o ministro Simonsen. O problema é reduzir a renda (e não fazê-la desaparecer) da alta burguesia monopolista, não só em benefício da expansão do consumo popular, mas também da inversão produtiva e improdutiva (escolas, hospitais, etc.) conduzidas pelo Estado, no contexto de um planejamento efetivo da economia. A aplicação de uma política de tal tipo não é uma tarefa fácil, existindo dois tipos de dificuldades que podem limitar seu êxito: a) um excesso distributivista que leve a um sacrifício desmesurado do investimento produtivo em benefício do consumo; b) reação «insurreccional» da burguesia que, vendo reduzida sua taxa de lucro, passa a sabotar a produção, esconder mercadorias, criar mercados paralelos de comercialização. Tais dificuldades não devem levar à conclusão de que tal tipo de política econômica é inviável, mas sim que sua aplicação deve estar baseada num programa econômico que seja apoiado por um conjunto de forças que conte com grande apoio e capacidade de mobilização popular.

Apesar das declarações do Ministro da Fazenda, discussão sobre o modelo do mercado interno, da redistribuição da renda (uma medida já bastante madura de redistribuição da renda seria uma Reforma Agrária) está em todas as cabeças, neste momento de aglutinação e lutas crescentes das forças democráticas. Serão o caráter e o resultado da luta pela democratização os fatores que determinarão as condições e o grau da possível aplicação de uma política deste tipo em nosso País.

Edmundo Cerejo